

OS IMPACTOS DA ADOÇÃO COMPLETA DAS NORMAS IFRS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS

Thiago Alberto dos Reis Prado
Universidade de São Paulo

Sirlei Lemes
Universidade Federal de Uberlândia

RESUMEN:

O objetivo desta pesquisa foi identificar os impactos da mudança de práticas contábeis, decorrente da adoção das IFRS, sobre as rubricas patrimoniais e de resultado presentes nas Demonstrações Contábeis das companhias brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. Por meio de uma pesquisa descritiva, analisou-se as demonstrações contábeis de 76 companhias abertas não financeiras listadas na BM&FBOVESPA. Para mensurar os impactos da transição, calculou-se para estas empresas o inverso do Índice de Comparabilidade de Gray, bem como identificaram-se as rubricas de balanço e demonstrações de resultado em que ocorreram as maiores diferenças e as normas causadoras destas diferenças. Os resultados apontaram para diferenças significativas nos grupos patrimoniais (exceto Passivo Circulante), no resultado e na composição do endividamento. Os grupos mais impactados foram o Imobilizado, o Intangível, Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos e Receitas. Dentre as principais normas causadoras destas diferenças, destacam-se o CPC 26 (Participações de Minoritários), o CPC 27 (Ativo Imobilizado) e o CPC 20 (Custos de Empréstimos). Constatou-se também, pela análise de *clusters*, que as normas atingiram cada setor de forma distinta.

PALAVRAS-CHAVE: Convergência Contábil; CPC; IFRS; Índice de Comparabilidade; Primeira adoção.

ABSTRACT

The purpose of this research was to identify the change's impact in accounting practices, resulting from the adoption of IFRS on the balance-sheet and income present in the Financial Statements of the Brazilian companies listed on the BM&FBOVESPA. Through a descriptive study, using the statistical method as a method of procedures and indirect technical documentation, called desk research, that uses secondary data sources, we analyzed the financial statements of 76 nonfinancial companies listed on BM&FBOVESPA. To measure the impacts of the transition, we calculated for these companies the inverse of the Gray's Index of Comparability and identified the items of balance sheet and income statement that showed the largest differences and norms that cause these differences. Results showed significant differences in the groups assets (excluding current liabilities), net income and Debt Composition. The accounts were the most impacted Fixed Assets, Intangible Assets, Cost of Goods Sold and Revenues. The main rules causing these differences, we highlight the CPC 26 (Minority Interest), CPC 27 (Fixed Assets) and CPC 20 (Borrowing Costs). Furthermore, the results of the clusters analyses confirm the selected literature that the standards reached each sector differently.

KEY WORDS: Accounting Convergence; CPC; IFRS; Index of Comparability; First Adoption.

1. INTRODUÇÃO

Com a globalização, houve maior integração econômica entre os países, o que facilitou a expansão do comércio e possibilitou maiores alternativas de investimentos ao redor do mundo para os detentores do capital, que necessitam constantemente de informações econômicas e financeiras sobre seus negócios, sem necessariamente residir no país que tem seus recursos aplicados.

Este fenômeno criou a necessidade de uma linguagem contábil padronizada, para atender aos interesses dos usuários das informações contábeis e favorecer o desenvolvimento das empresas com o aumento de capital estrangeiro investido. Deste modo, o *International Accounting Standards Boards* (IASB) emitiu as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), que são as normas internacionais de contabilidade.

As IFRS favorecem à elaboração de Demonstrações Contábeis com maior qualidade e comparabilidade, limitando a utilização de práticas contábeis de maneira oportunista por gestores e retratando melhor a realidade econômica (Barth et al., 2012).

A União Europeia foi pioneira neste processo de convergência, e a partir de 1 de janeiro de 2005, exigiu-se para as companhias abertas a adoção nas IFRS em suas demonstrações financeiras consolidadas. Reguladores europeus afirmam que a razão para a obrigatoriedade para as empresas cotadas é "nivelar a informação" para os participantes do mercado, aumentando a comparabilidade das demonstrações financeiras elaboradas por empresas de capital aberto em toda a Europa. Com o sucesso da adoção dessas normas na Europa, mais de 100 países ao redor do mundo hoje já adotam este padrão contábil (Cascino; Gassen, 2015).

No Brasil, este processo de convergência teve início com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2005, órgão que deveria preparar e emitir pronunciamentos compatíveis com as IFRS. Em 2007 foi emitida a instrução normativa nº 457/2007 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a qual determinou que as IFRS fossem obrigatórias para as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2010 e posteriores, sendo facultativos apenas para os exercícios de 2008 e 2009 (Iudícibus et al., 2010).

Os resultados dos estudos em países que adotaram as IFRS, dentre os quais se destacam as pesquisas de Callao, Jarne e Laínez (2007), Costa e Lopes (2008), Haller, Ernstberger e Froschhammer (2009), Soofian (2009), Istrate (2013) e Lueg, Punda e Burkert (2014) sugerem que pelas diferenças entre várias práticas locais em relação às IFRS, podem ocorrer diferenças significativas em métricas contábeis que, de acordo com Carvalho, Lemes e Costa (2006), são utilizadas de maneira legítima para regular relações contratuais, particularmente com acionistas, gestores e credores, sendo base para quantificação de dividendos, caracterização de direitos e obrigações, expectativas de conduta pactuadas, bônus de diretores, relações mínimas dívidas/patrimônio - contratadas com credores, dividendos mínimos, retenções de lucros dentre outros.

Deste modo, no Brasil, houveram muitas discussões a respeito da adoção das IFRS, influenciadas por estes estudos, bem como por especulações. Para Niero (2008), a mudança seria revolucionária e desencadearia "fortes emoções", gerando confusão para os usuários da informação contábil, além de ajustes milionários. Segundo Niero et al. (2009), com a convergência, perder-se-ia o histórico de comparabilidade, em relação aos períodos anteriores, com as novas normas e, conseqüentemente, mudanças em rubricas de balanços. Bianconi (2009) noticiou que "Empresas 'perdem' R\$ 10 bi com novas regras contábeis" referindo-se ao lucro contábil menor, ocasionado pelas novas normas, o que é base para a distribuição de dividendos aos acionistas.

Há de se ressaltar que o processo de convergência para as IFRS, no Brasil, diferentemente de outros países, ocorreu em duas etapas: a chamada convergência parcial, desenvolvida em 2008; e a convergência completa, desenvolvida em 2009, com adoção obrigatória a partir de 2010.

Diante deste contexto, ganharam relevância no Brasil estudos sobre os impactos da transição de normas no patrimônio e resultado reportados, dentre os quais se destacam as pesquisas de Watanabe (2009), Santos e Calixto (2010), Martins e Paulo (2010) e Santos (2011). Algumas destas pesquisas abordaram apenas a fase inicial de convergência ou utilizaram como amostra um número restrito de empresas que se anteciparam na adoção das IFRS.

Por este motivo, julga-se que o presente estudo foi realizado no momento adequado, imediatamente após o fim do período de transição da convergência contábil brasileira, o que possibilitou o acesso a informações compatíveis às utilizadas em pesquisas efetuadas em outros países. Principalmente pelo fato desta convergência ter ocorrido recentemente, não foram encontrados, até a realização deste trabalho, estudos empíricos que identificassem os impactos da adoção completa das IFRS, contemplando as alterações advindas da transição nos itens patrimoniais e de resultados, além da identificação das causas destas alterações e os impactos de cada pronunciamento do CPC no Patrimônio Líquido e Resultado.

Assim, o estudo proposto é relevante, por preencher essa lacuna científica, além de alertar os usuários da informação contábil sobre os impactos da adoção inicial das IFRS, ocorridos no Brasil, comparando-o com outros países que dispõem de estudos semelhantes.

Considerando a obrigatoriedade das companhias abertas brasileiras, a partir de 2010, elaborarem suas demonstrações financeiras em IFRS - determinada pela instrução normativa nº 457/2007 da CVM - e ainda a escassez de trabalhos científicos que demonstrem os impactos da transição de normas contábeis no patrimônio e resultado destas companhias, a pergunta que norteou este estudo é a seguinte: Quais os principais impactos da mudança de práticas contábeis, decorrente da adoção das IFRS, sobre as rubricas patrimoniais e de resultado presentes nas demonstrações contábeis das companhias listadas na BM&FBOVESPA?

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo identificar os impactos da mudança de práticas contábeis, decorrentes da adoção das IFRS, sobre as rubricas patrimoniais e de resultado presentes nas Demonstrações Contábeis das companhias brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, bem como identificar os Pronunciamentos do CPC que causaram tais impactos.

Adotando-se as metodologias seguidas por Santos e Calixto (2010) e Santos (2011), foi testada a seguinte hipótese nula (H_0) e alternativa (H_1) com base em análise estatística:

- H_0 : Na transição para as IFRS, não há diferenças significativas nos valores das rubricas e índices econômico-financeiros no padrão IFRS, em comparação com o padrão contábil anterior.
- H_1 : Na transição para as IFRS, há diferenças significativas nos valores das rubricas e índices econômico-financeiros no padrão IFRS, em comparação com o padrão contábil anterior.

Caso a hipótese nula seja rejeitada, concluir-se-á que a transição de normas provoca impacto significativo em números contábeis, gerando assimetria de informação em termos de análise das demonstrações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O Referencial Teórico encontra-se dividido em duas seções. Na seção 2.1 apresenta-se uma breve contextualização acerca do processo de convergência para as IFRS no Brasil e a seção 2.2

discorre acerca de estudos anteriores relacionados à adoção das normas IFRS no Brasil e em outros países.

2.1. O Processo de Convergência no Brasil

Niyama (2006) relata que, no Brasil, até a década de 70, a contabilidade foi marcada por forte influência fiscal. Nessa época, a contabilidade era inclinada meramente à escrituração contábil, para atender aos interesses do fisco, sendo o contador, muitas vezes, confundido com um “funcionário do governo”. Dessa forma, forneciam-se poucas informações sobre a situação econômica e financeira das entidades aos seus usuários, portanto, não voltadas à tomada de decisões.

Com o passar do tempo e para atender aos interesses de novos usuários, como companhias abertas atuantes no mercado de capitais, instituições financeiras, seguradoras e governo, a contabilidade foi, gradativamente, adaptada por instituições como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM); BACEN, Secretaria da Receita Federal (SRF), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON), dentre outros.

Apesar da evolução dos órgãos de classe no Brasil, o país ainda possui a característica *Code Law*, com forte interferência da legislação tributária na Contabilidade. Nesse tipo de modelo, mudanças na lei são lentas e estas, normalmente, não acompanham a evolução dos negócios, pois os órgãos normatizadores estão mais envolvidos com suas funções de fiscalizadores do desempenho das empresas. O governo tem interesses específicos sobre a tributação do lucro, fazendo com que, muitas vezes, os contadores, principalmente os de empresas menores, que com poucos usuários externos, ainda façam a contabilidade apenas para atender a fins fiscais, deixando de focar no fornecimento de informações confiáveis para a tomada de decisão.

Assim, Lima (2010) relata que a contabilidade e o mercado de capitais no Brasil apresentam características peculiares em relação a mercados considerados maduros, como o estadunidense, e apresentam práticas conservadoras derivadas especialmente do regime tributário instituído.

Em outubro de 2005, com a influência do aumento do volume de investimentos estrangeiros e com o lançamento de títulos de ações de empresas brasileiras no mercado norte-americano, por meio da Resolução 1.055/05 do CFC, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A convergência de normas contábeis brasileiras para as normas do IASB tem, na criação do CPC, o seu principal marco (Oliveira, 2010).

O CPC foi criado com o objetivo de preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e divulgar informações dessa natureza, permitindo a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em consideração a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CPC, 2015).

O processo de convergência das normas brasileiras às normas internacionais evoluiu com a edição da Lei 11.638/07, cujo artigo 177 previa a segregação da escrituração mercantil da escrituração fiscal, para minimizar as interferências do fisco na elaboração das demonstrações financeiras. No mesmo ano, foi emitida a instrução normativa nº 457/2007 da CVM, a qual determinou que as IFRS fossem obrigatórias para as demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício de 2010 e posteriores, sendo facultativos apenas para os exercícios de 2008 e 2009.

O processo de convergência para as IFRS, com a adoção dos Pronunciamentos do CPC, ocorreu em duas etapas:

- A primeira - desenvolvida em 2008, com a adoção inicial da Lei nº 11.638/07, chamada de convergência parcial, a qual abrange os CPC de números 1 a 13 e OCPC 01 e 02.
- A segunda - desenvolvida em 2009 cuja adoção passou a ser obrigatória a partir de 2010 para as sociedades anônimas abertas e as sociedades de grande porte, com efeito retroativo para 2009. Esta etapa marca a adoção completa das IFRS no Brasil, sendo chamada de *First Adoption* e abrange os CPC de números 15 a 43 (com exceção do nº 34), a orientação técnica OCPC 03 e interpretações técnicas (denominadas ICPC).

Dessa forma, é possível notar que antes da primeira adoção completa das IFRS no Brasil a contabilidade brasileira já havia prescrito a adoção parcial destas normas. Por isso, de acordo com Ernst (2012), o impacto da adoção inicial completa das IFRS foi, sem dúvida, menor do que na Europa, pois lá não houve a chamada “convergência parcial” antes da completa. Barcellos, Silva e Costa Junior (2011) asseveram, em seu trabalho, que no Brasil as normas podem atingir cada setor de forma distinta, uma vez que os setores possuem negócios e práticas contábeis que tendem a diferir.

Costa, Yamamoto e Theófilo (2011), para o entendimento do estágio da convergência dos padrões contábeis brasileiros ao padrão internacional, verificaram a aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade. Em seu estudo, concluíram o seguinte:

Existem diferenças entre os CPCs e as normas emitidas pelo IASB no que refere às demonstrações consolidadas. E, em uma análise mais apurada, é possível afirmar que apesar das diferenças, as demonstrações contábeis pelo CPC podem ser declaradas “de acordo com as IFRSs” em função de que os procedimentos previstos nas normas internacionais foram contemplados pelos CPCs. Entretanto, raciocínio inverso não deve ser aplicado, ou seja, as demonstrações contábeis preparadas pelas IFRS necessariamente não estão em conformidade com os CPCs, em função das restrições de alguns pronunciamentos do CPC em relação às IFRSs, como por exemplo, a reavaliação de ativos (Costa; Yamamoto; Theófilo, 2011, p. 16).

Assim, conforme os autores supracitados, apesar de haver diferenças em função da Legislação Brasileira e também em relação às opções adicionais oferecidas pelo IASB, as demonstrações contábeis brasileiras estão de acordo com as IFRS, atendendo aos objetivos do IASB.

2.2. Estudos anteriores

A Contabilidade Internacional é objeto de vários estudos e pesquisas cujos temas pesquisados podem ser divididos em 7 grupos: classificação do *financial reporting*; diferenças internacionais e implicações no *financial reporting*; estudo de países; mensuração da convergência; pesquisa na área internacional; processo de adoção das IFRS/Situação atual e impacto da adoção das IAS/IFRS (Ikuno et al. 2010). Considerando que este trabalho visa identificar o impacto em empresas brasileiras, o grupo de estudos relevante é este último.

Os resultados dos estudos relacionados ao impacto da adoção das IAS/IFRS sugerem que, nos países que adotaram as IFRS, há diferenças significativas na transição entre os dois padrões em componentes patrimoniais e de resultado, podendo afetar rubricas que servem de base para contratos entre agentes econômicos (Callao; Jarne; Laínez, 2007; Istrate, 2013; Lueg; Punda; Burkert, 2014). As contas patrimoniais que apresentaram maiores diferenças na transição de normas foram Investimentos, Empréstimos a Pagar, Investimentos de Curto Prazo, Caixa e Equivalentes, Ativos Biológicos, Intangível, Propriedades para Investimento, Impostos Diferidos e Participações de Minoritários (Costa; Lopes, 2008; Haller; Ernstberger; Froschhammer, 2009; Soofian, 2009).

Sugerem também que as normas IFRS que ocasionam maiores impactos no Patrimônio Líquido na transição são as relativas a Contratos de Construção, Ativo Imobilizado, Provisões, Intangíveis, Ativos Biológicos, Instrumentos Financeiros, Benefícios a Empregados e Tributos sobre o lucro. No Lucro Líquido as normas que ocasionam maiores impactos são as relativas a Instrumentos Financeiros,

Intangíveis, Provisões e Benefícios a Empregados (Perramon; Amat, 2006; Haller; Ernstberger; Froschhammer, 2009; Soofian, 2009; Lantto; Sahlstrom, 2009).

Com influência destas incertezas, no Brasil, após a publicação da Lei 11.638/07, ganharam ênfase estudos acerca da comparabilidade da informação contábil e a magnitude dos impactos da transição nas rubricas das demonstrações contábeis das empresas brasileiras. Um desses estudos foi o elaborado por Watanabe (2009), que pesquisou 25 companhias brasileiras, com o objetivo de verificar se, no ramo da construção civil, com a primeira adoção das normas internacionais, houve diferença relevante nos indicadores financeiros. Os resultados demonstraram que existe diferença significativa em quase todos os indicadores.

Santos e Calixto (2010), buscando mensurar o impacto da adoção inicial da Lei 11.638/07, nos resultados das companhias listadas na BM&FBOVESPA, utilizaram métodos quantitativos aplicados em dados de 2007 e 2008 de 318 companhias abertas brasileiras. Como resultados, as autoras encontraram uma grande diversidade na forma de aplicação das novas normas entre as empresas, além de baixo grau de transparência na informação sobre seus efeitos nos números das mesmas. Ademais, os resultados indicaram aumentos significativos no Lucro Líquido de 2007, bem como queda no Lucro Líquido de 2008 e no Patrimônio Líquido dos dois períodos.

Dando continuidade ao estudo anterior, Santos (2011) objetivou estimar o impacto esperado da adoção do *full IFRS*, nos resultados de 2010 das empresas brasileiras, analisando 20 companhias que, voluntariamente, anteciparam sua adoção nos relatórios de 2008 ou 2009. Os resultados apontam que o processo total da convergência (da Lei 6.404/76 para o *full IFRS*) gerou aumentos expressivos tanto no Lucro Líquido quanto no Patrimônio Líquido das empresas analisadas: um aumento médio de +41% no lucro de 2007 e de +29% no de 2008, e um acréscimo médio de +6,4% no PL de 2007 e de +13% no de 2008. Todas essas métricas foram consideradas estatisticamente significativas.

Os estudos citados, realizados no Brasil, sugerem que podem haver diferenças significativas nos números das demonstrações contábeis na transição entre as duas normas, ocasionadas por várias diferenças entre práticas contábeis. No entanto, dada a recente convergência contábil ocorrida no país, estes estudos foram realizados ou com base na convergência parcial das IFRS - primeira etapa, com os 13 CPC inicialmente adotados - ou com base na adoção completa - segunda etapa, com os CPC 15 a CPC 43 - aplicado a um número restrito de empresas que se anteciparam na adoção das IFRS, sem a identificação das rubricas mais afetadas e os impactos de cada pronunciamento do CPC no Patrimônio Líquido e Resultado.

Assim, não foram encontrados, até a realização deste trabalho, estudos empíricos que identificassem os impactos da adoção completa das IFRS, contemplando as alterações advindas da transição nos itens patrimoniais e de resultados, além da identificação das causas destas alterações e os impactos de cada pronunciamento do CPC no Patrimônio Líquido e Resultado.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo classifica-se como uma pesquisa aplicada, com o método de abordagem quantitativo. Quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva. Quanto aos procedimentos adotados na coleta de dados utilizou-se a pesquisa documental. As fontes de dados utilizadas foram fontes de dados secundários, que foram obtidos nos sítios da CVM, BM&FBOVESPA e das empresas envolvidas no objeto do presente estudo.

Para alcançar o objetivo proposto, neste estudo, foram selecionadas sociedades anônimas de capital aberto cujas demonstrações financeiras anuais, encerradas em 31 de Dezembro de 2010, estivessem disponíveis em seus sítios e da BM&FBOVESPA.

A escolha dessa data justifica-se pelo fato de que, conforme o CPC 43, as empresas teriam obrigatoriedade de adotar de maneira completa as IAS/IFRS, a partir do ano de 2010, bem como a obrigatoriedade de refazerem as demonstrações financeiras do ano anterior sob as novas normas. Deste modo, as demonstrações financeiras, referentes a 31 de Dezembro de 2009, são apresentadas sob os dois conjuntos normativos, o que permite a comparação entre eles, uma vez que a realidade subjacente aos números apresentados nas demonstrações financeiras é a mesma. Por este fato, estas demonstrações financeiras constituem o escopo deste estudo.

A necessidade de uma análise minuciosa de cada relatório financeiro, dada à vasta população do estudo (mercado de capitais), tornou imprescindível a definição de uma amostra. Deste modo, optou-se pela escolha das companhias componentes do índice IBrX - Índice Brasil que, de acordo com BM&FBOVESPA (2012), é um índice composto pelas 100 ações mais negociadas na BM&FBOVESPA em termos de número de negócios e volume financeiro. Assim, percebe-se que as empresas selecionadas constituem aquelas mais representativas no mercado de capitais brasileiro.

Como o objeto do estudo são as demonstrações contábeis de cada empresa do IbrX, retiraram-se da amostra os títulos repetidos e excluíram-se todas as instituições financeiras em virtude da especificidade da atividade que desempenham e da regulação específica deste setor. Foi também excluída, deste estudo, a empresa Qgep Participações S.A. por ter sido constituída em março de 2010, perfazendo um total de 76 empresas.

Na Tabela 1 apresenta-se a relação dos setores econômicos analisados, bem como o número de empresas de cada setor e a representatividade do setor em percentual, em relação ao total de empresas da amostra, cujo número é 76.

Tabela 1: Setores econômicos da amostra

EMPRESAS	Número de empresas do setor	% em relação ao total da amostra
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	4	5%
Materiais Básicos	11	14%
Bens Industriais	5	7%
Construção e Engenharia	10	13%
Transporte	6	8%
Consumo Não Cíclico	13	17%
Consumo Cíclico	7	9%
Tecnologia da Informação	2	3%
Telecomunicações	4	5%
Utilidade Pública	14	18%

Há de se ressaltar a falta de uma base de dados organizada e padronizada, contendo as informações contábeis das empresas em BR GAAP e IFRS, o que demandou a coleta dos dados nas demonstrações financeiras de cada empresa.

Após a coleta, optou-se por utilizar como base as metodologias de análise de dados propostas por Costa e Lopes (2008); Soofian (2009); Haller, Ernstberger e Froschhammer (2009), Santos e Calixto (2010) e Lueg, Punda e Burkert (2014). Após a coleta dos dados, escolheram-se os cinco grupos componentes do patrimônio, o Lucro Líquido e os principais índices econômico-financeiros, para mensurar os impactos da transição na liquidez, endividamento e rentabilidade das empresas, que servem de base para a análise de balanços. Estes indicadores são os mais comumente utilizados em estudos acerca de impactos da transição das normas locais para as IFRS e seguem discriminadas no Quadro 1, a seguir, juntamente com sua composição resumida.

Quadro 1 - Indicadores contábeis a serem analisados na amostra

	Rubrica	Composição
Ítems Patrimoniais	Ativo Circulante	Disponibilidades, Direitos de Curto Prazo, Estoques e Despesas antecipadas.
	Ativo não Circulante	Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.
	Passivo Circulante	Obrigações de curto prazo.
	Passivo não Circulante	Obrigações de longo prazo, receitas diferidas.
	Patrimônio Líquido	Capital Social, Reservas, Lucros ou Prejuízos acumulados, ajustes de avaliação patrimonial e participações de minoritários.
	Lucro Líquido	Receitas e Despesas.
Índices de Liquidez	Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Circulante
	Liquidez Corrente	Ativo Circulante/Passivo Circulante
	Liquidez Geral	(Ativo Circulante+ Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante)
Índices de Endividamento	Participação de Capital de Terceiros	(Passivo Circulante + Passivo não Circulante)/Ativo Total
	Composição do Endividamento	Passivo Circulante/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante)
	Imobilização do Patrimônio Líquido	(Investimentos + Imobilizado + Intangível)/Patrimônio Líquido
Índices de Rentabilidade	Margem Líquida	Lucro Líquido/Receita Líquida
	Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/Patrimônio Líquido
	Taxa de Retorno sobre o Investimentos	Lucro Líquido/Ativo Total

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2011, p.105).

A aplicação das técnicas estatísticas de análise de dados deu-se por meio dos programas *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 15.0 for Windows* e *STATA 11.2 for Windows*.

Para mensurar os impactos da transição nas rubricas analisadas, optou-se pela metodologia proposta por Santos e Calixto (2010) que utilizaram o inverso do Índice de Comparabilidade de Gray (1988), que é dado pela equação 1:

$$ICI = 1 + \left[\frac{R_{IFRS} - R_{BR GAAP}}{|R_{BR GAAP}|} \right] \quad \text{Equação (1)}$$

Em que:

ICI = Índice de Comparabilidade Inverso da transição.

R_{IFRS} = Rubrica apurada conforme o padrão IFRS completo e CPCs correspondentes

R_{BR GAAP} = Rubrica apurada no padrão BR GAAP com as alterações provenientes da Lei 11.638/07 e do CPC 1 ao CPC 14.

Na interpretação do ICI, valores maiores que 1 indicam um aumento no valor da rubrica em IFRS, em relação ao padrão contábil anterior. Valores menores que 1 indicam uma redução e valores iguais a 1 indicam que não houve alteração na transição. Após o cálculo do ICI, para melhor compreensão acerca do comportamento dos dados, calculou-se para cada grupo patrimonial, resultado e índices econômico-financeiros da amostra, medidas de estatística descritiva univariada como média aritmética, mediana e desvio padrão, bem como os valores mínimos e máximos. Elaborou-se, também; a distribuição de frequências do ICI das empresas estudadas.

Para verificar se as diferenças entre as rubricas são estatisticamente significativas, utilizou-se a metodologia proposta por Cambria (2008), por meio de testes estatísticos. Primeiramente, para testar a

normalidade dos dados da amostra, foi utilizado o teste Kolmogorov-Smirnov, que compara a distribuição de frequência acumulada de um conjunto de valores observados da amostra com uma distribuição esperada ou teórica. Este teste é preferível para amostras de maior dimensão, $n > 30$ (Fávero et al. 2009). O nível de significância do teste foi de 5%. Assim, nos resultados do teste, se $p\text{-value} > 0,05$, considera-se que a distribuição dos dados é normal. Se $p\text{-value} < 0,05$, considera-se que a distribuição dos dados não é normal.

Em casos de distribuição normal, foram aplicados os testes t de Student para dados emparelhados, que é utilizado “(...) para verificar se a média de duas amostras relacionadas ($X_1, \dots, X_n, Y_1, \dots, Y_n$) com distribuição normal, extraídas da mesma população, são ou não significativamente diferentes” (Fávero et al. 2009, p.128). O nível de significância do teste foi de 5%. Nos resultados do teste, se $p\text{-value} > 0,05$, considera-se que não há diferenças significativas, ou seja, a comparabilidade existe. Se $p\text{-value} < 0,05$, considera-se que há diferenças significativas nos valores das rubricas apuradas em BR GAAP em relação às IFRS e portanto não existe comparabilidade.

Nos casos em que não houve normalidade, foi aplicado o teste de Wilcoxon. De acordo com Fávero et al. (2009), este é uma alternativa ao teste t de Student para comparar duas médias populacionais emparelhadas, em casos em que não há distribuição normal. O nível de significância do teste foi de 5%. A interpretação dos resultados do teste é a mesma do teste t de Student.

Visando identificar em quais linhas do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício ocorreram as maiores diferenças entre as práticas contábeis; e identificar quais normas ocasionaram maiores diferenças no patrimônio e resultado das companhias; bem como apontar as diferenças que mais se repetem nos ajustes entre as duas normas, foi adotada a metodologia proposta por Soofian (2009). As diferenças foram tabuladas e analisadas, utilizando-se técnicas de estatística descritiva, tais como média, percentuais e desvios-padrão.

Para verificar se a magnitude das diferenças varia entre setores de uma mesma economia, utilizou-se a análise de *clusters*, que segundo Fávero et al. (2009) é uma técnica que visa segregar elementos ou variáveis em grupos homogêneos internamente, heterogêneos entre si e mutuamente exclusivos, a partir de determinados parâmetros e tem como objetivo principal definir a estrutura dos dados de maneira a alocar as observações mais parecidas no mesmo grupo.

Para iniciar a análise de *clusters*, deve-se definir uma medida de dissimilaridade (ou similaridade) a ser utilizada. Deve-se definir também a metodologia estatística de *clustering* a ser utilizada, a qual se divide, basicamente, em métodos hierárquicos e não hierárquicos. Dentre os métodos hierárquicos - os quais são preferíveis neste trabalho, por não necessitar da especificação do número g de *clusters* - destacam-se os métodos de ligação simples (*Single Linkage*), da média das distâncias (*Average Linkage*) e de ligação completa (*Complete Linkage*). Para a correta criação dos *clusters*, é necessária a realização de um procedimento estatístico de padronização das variáveis a realização de testes para a detecção do número de grupos da partição natural dos dados (Fávero et al., 2009).

Neste trabalho, os ICI da transição serão as variáveis alvo da análise de *clusters*. Como medida de dissimilaridade, escolheu-se a Distância Euclidiana por ser a medida tradicionalmente mais utilizada, juntamente com a padronização de cada variável em escore padrão (*Z score*). Como método hierárquico, utilizar-se á o *Average Linkage*, que em geral, produz melhores partições que os métodos de ligação simples e completa. Para a detecção do número de *clusters*, que para Fávero et al. (2009) é uma decisão de natureza subjetiva, com o julgamento a critério do pesquisador, podendo ser feito por análise gráfica. Assim, para especificar a quantidade de *clusters* optou-se por utilizar o dendograma, o qual mostra o esquema de aglomeração e a distância entre os grupos.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Impactos das IFRS nos Grupos Patrimoniais, no Resultado e em Índices Econômico-financeiros

Após os cálculos dos ICI [conforme equação (1)] para os grupos patrimoniais, resultado e índices econômico-financeiros de cada uma das 76 empresas na transição, calculou-se as médias aritméticas destes índices, bem como suas medianas, desvios padrão, valores mínimos e máximos, os quais seguem na Tabela 2.

Na mesma tabela, seguem ainda os resultados dos testes estatísticos. Conforme o teste Kolmogorov Smirnov, apenas as rubricas Participação de Capitais de Terceiros, Composição de Endividamento e Taxa de Retorno Sobre Investimento apresentaram distribuição normal e, para estas, foi possível utilizar o teste t de Student, o qual indicou que das três rubricas, apenas no índice Composição de Endividamento (p -value <0,05) há diferenças significativas nos valores das rubricas apuradas em BR GAAP em relação às apuradas em IFRS. Como nas demais rubricas não houve distribuição normal, utilizou-se o teste de Wilcoxon, o qual constatou que nas rubricas Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Não Circulante, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido (p -value <0,05) há diferenças significativas nos valores das rubricas apuradas em BR GAAP em relação às apuradas em IFRS, resultados semelhantes aos encontrados em estudos realizados em outros países, como o de Istrate (2013) e Lueg, Punda e Burkert (2014).

Tabela 2: ICI da primeira adoção das IFRS no Brasil

	Estatísticas Gerais					Testes de Normalidade, média e mediana (p value)		
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Kolmogorov Smirnov	t-student	Wilcoxon
Ativo Circulante	1,00	1,00	0,19	0,82	2,57	< 0,05	..	< 0,05
Ativo Não Circulante	1,10	1,04	0,25	0,58	2,55	< 0,05	..	< 0,05
Passivo Circulante	0,97	1,00	0,12	0,48	1,20	< 0,05	..	0,2102188
Passivo Não Circulante	1,23	1,02	1,30	0,52	12,36	< 0,05	..	< 0,05
Patrimônio Líquido	1,25	1,03	1,15	0,30	10,49	< 0,05	..	< 0,05
Lucro Líquido	0,85	1,00	1,43	-9,29	5,35	< 0,05	..	< 0,05
Liquidez Imediata	1,03	1,00	0,18	0,45	1,87	< 0,05	..	0,4051857
Liquidez Corrente	1,06	1,00	0,35	0,77	3,72	< 0,05	..	0,83210656
Liquidez Geral	1,10	1,00	0,50	0,64	5,02	< 0,05	..	0,49977132
Participação de Capital de Terceiros	0,98	1,00	0,12	0,46	1,37	0,298244454	0,076835299	..
Composição do endividamento	0,95	0,98	0,10	0,62	1,15	0,074090928	< 0,05	..
Imobilização do Patrimônio Líquido	0,96	0,98	0,32	0,00	2,82	< 0,05	..	0,13139625
Margem Líquida	1,02	1,00	0,83	-2,75	5,64	< 0,05	..	0,90506873
Taxa de retorno sobre o Patrimônio Líquido	0,83	0,98	1,38	-9,29	5,86	< 0,05	..	0,38528678
Taxa de retorno sobre o investimento	0,80	1,00	1,45	-9,88	5,19	0,065615700	0,776930192	..

Analisando a Tabela 2, verifica-se que a adoção das IFRS gerou aumento médio de 10% [(1,10 - 1,00) x 100] no Ativo Não Circulante (média do ICI de 1,10 e mediana 1,04), de 23% no Passivo Não Circulante (média do ICI de 1,23 e Mediana 1,02) e de 25% no Patrimônio Líquido (média do ICI de 1,25 e mediana 1,03). Já, o Ativo Circulante manteve-se em média estável (média do ICI de 1,00 e mediana 1,00), houve redução média de 3% do Passivo Circulante (média do ICI de 0,97) e de 15% no Lucro Líquido (média do ICI de 0,85). As maiores variações do ICI ocorreram nas rubricas Lucro

Líquido, Passivo não Circulante e Patrimônio líquido (respectivamente desvios padrão de 1,43; 1,30 e 1,15).

Quanto aos índices econômico-financeiros, conforme Tabela 2, todos os índices de liquidez, em média, aumentaram, o que é evidenciado pelo aumento de 3% na Liquidez Imediata, 6% na Liquidez Corrente e 10% na Liquidez Geral. Os índices de endividamento, em média, obtiveram redução, com queda de 2% da Participação do Capital de Terceiros, 5% da Composição do Endividamento e 4% da Imobilização do Patrimônio Líquido. Dois dos três índices de rentabilidade, em média, obtiveram queda, sendo estes a Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido e a Taxa de Retorno sobre o Investimento (queda média de 17% e 20% respectivamente). A Margem líquida teve um aumento médio de 2%. As maiores variações ocorreram nos índices de rentabilidade, o que pode ser explicado por estes utilizarem em seu cálculo o Lucro Líquido - rubrica com maior variação. Estes resultados são também semelhantes aos encontrados por Istrate (2013) e Lueg, Punda e Burkert (2014).

Na Tabela 3, apresentam-se as distribuições de frequência dos ICI, com o número de empresas (n) e o respectivo percentual de representatividade em relação ao total de empresas da amostra.

Tabela 3: Distribuições de frequência do ICI das empresas estudadas

Distribuições de Frequência						
	ICI <1		ICI =1		ICI >1	
	n	%	n	%	n	%
Ativo Circulante	40	53%	22	29%	14	18%
Ativo Não Circulante	19	25%	10	13%	47	62%
Passivo Circulante	34	45%	17	22%	25	33%
Passivo Não Circulante	14	18%	19	25%	43	57%
Patrimônio Líquido	22	29%	7	9%	47	62%
Lucro Líquido	29	38%	12	16%	35	46%
Liquidez Imediata	27	36%	18	24%	31	41%
Liquidez Corrente	33	43%	11	14%	32	42%
Liquidez Geral	32	42%	12	16%	32	42%
Participação de Capital de Terceiros	38	50%	11	14%	27	36%
Composição do endividamento	48	63%	12	16%	16	21%
Imobilização do Patrimônio Líquido	46	61%	4	5%	26	34%
Margem Líquida	30	39%	16	21%	30	39%
Taxa de retorno sobre o Patrimônio Líquido	43	57%	6	8%	27	36%
Taxa de retorno sobre o investimento	38	50%	8	11%	30	39%

Analisando a Tabela 3, nota-se que, durante a transição, a maioria das empresas da amostra aumentou seus Ativos Não Circulantes (62% das empresas), Passivos não Circulantes (57% das empresas) e Patrimônio Líquido (62% das empresas); o que está em conformidade com as maiores médias encontradas nestas rubricas na Tabela 1.

Ainda de acordo com a Tabela 3, na maioria das empresas, houve redução no Ativo Circulante (53%), Composição do Endividamento (63%), Imobilização do Patrimônio Líquido (61%) e Taxa de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (57%); o que se alinha com as menores médias encontradas nestes itens na Tabela 2, exceto para o Ativo Circulante, que não teve reduzida sua média. Percebe-se também pela Tabela 3 que em algumas rubricas não houve alterações na transição, sendo que a rubrica reportada sem alterações por mais empresas (ICI=1,00) foi o Ativo Circulante (29% das empresas) e por menos empresas o Patrimônio Líquido que, em apenas 9% das empresas, foi reportado sem alterações.

Os testes de média e de mediana do Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Passivo Não Circulante, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido indicam com pelo menos 95% de confiança, que as diferenças destas rubricas na transição foram significativas.

Quanto aos índices econômico-financeiros, o único em que se encontrou diferença significativa foi a Composição do Endividamento, o que está de acordo com o estudo de Martins e Paulo (2010), quando concluem que, apesar das diferenças encontradas, a maioria delas não é significativa estatisticamente para justificar um reflexo negativo ou positivo nos indicadores de desempenho das companhias investigadas.

Deste modo, a hipótese H_0 , que afirma que na transição para as IFRS não há diferenças significativas nos valores das rubricas e índices econômico-financeiros no padrão IFRS, em comparação com o padrão contábil anterior, deve ser rejeitada, pois foram encontradas diferenças significativas em rubricas e em um dos índices econômico-financeiros, o que está coerente com os estudos de Watanabe (2009) e Santos (2011), além de estudos aplicados em outros países por Callao, Jarne e Laínez (2007), Cambria (2008), Costa e Lopes (2008), Haller, Ernstberger e Froschhammer (2009), Soofian (2009), Istrate (2013) e Lueg, Punda e Burkert (2014).

A seguir serão expostas as contas patrimoniais e de resultado mais impactadas, bem como as principais normas causadoras das diferenças encontradas no Patrimônio Líquido e Resultado.

4.2. Diferenças Encontradas nas Contas Patrimoniais e de Resultado

Com base nos dados obtidos, elaboraram-se *rankings* das contas patrimoniais e de resultado que obtiveram os maiores ajustes na transição de normas e seus respectivos desvios padrão, tais *rankings* apresentam-se nas Tabelas 4 e 5, que demonstram os ajustes médios e desvios padrão das contas que foram mais afetadas na transição e o percentual que estas medidas representam, em relação ao valor médio do grupo patrimonial a qual pertence, no padrão contábil anterior. Ajustes médios positivos representam que as IFRS aumentam, em média, os valores da métrica analisada; e negativos representam que o IFRS reduz, em média, o valor da conta.

Ressalta-se que as diferenças médias relatadas podem não ocorrer em todas as empresas. Por este motivo, apresentam-se os desvios padrão. Se os desvios padrão dos ajustes forem elevados, os ajustes de cada companhia na transição deverão ser analisados separadamente.

Tabela 4: Itens patrimoniais com maiores ajustes na transição de normas (em R\$ mil)

Conta	Grupo patrimonial	Ajuste médio	Ajuste médio/média do grupo patrimonial em BR GAAP	Desvio padrão
Imobilizado	ANC	-1.183.245	-8,61%	4.841.529
Intangível	ANC	863.866	6,29%	2.513.131
Participação dos minoritários	PL	471.014	5,64%	2.127.449
Ativo Financeiro da Concessão	ANC	413.138	3,01%	2.707.476
Ajustes de Avaliação Patrimonial	PL	232.025	2,78%	624.258
IR/CS diferidos	PNC	221.334	3,16%	1.074.060
IR/CS diferidos	ANC	216.622	1,58%	647.756
Ativos Biológicos	ANC	139.087	0,95%	649.164

Tabela 5: Itens de resultado com maiores ajustes na transição de normas (em R\$ mil)

Conta	Ajuste médio	Ajuste médio/Lucro Líquido médio em BR GAAP	Desvio padrão
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-113.764	-11,12%	345.871
Receitas Financeiras	-73.777	-7,21%	519.834
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	66.438	6,50%	349.334
Despesas Financeiras	63.273	6,19%	313.499
Outras Receitas Operacionais	22.724	2,22%	190.091
Ajustes acumulados de conversão	-20.977	-2,05%	237.086
Despesas Gerais e Administrativas	20.865	2,04%	142.260
Outras Despesas Operacionais	17.806	1,74%	198.146
Ganhos (perdas) na reavaliação	-13.453	-1,32%	141.349
Deduções da Receita Bruta	11.931	1,17%	71.508

Analisando a Tabela 4 é possível notar que a conta mais afetada foi o Imobilizado, com um ajuste médio negativo que representa 8,61% do Ativo Não Circulante do padrão contábil anterior. Apesar de algumas empresas terem relatado aumentos no Imobilizado, ocasionados pelo CPC 27 (Ativo Imobilizado), com a adoção do custo atribuído, esta redução foi ocasionada principalmente pelo ICPC 01 (Contratos de Concessão), o qual determina que os ativos de direitos da concessionária sobre a infraestrutura não sejam mais registrados no Imobilizado, e sim no Intangível ou em ativos financeiros. Por este motivo foram encontradas elevadas diferenças negativas no imobilizado, principalmente em empresas dos setores econômicos de Transporte e Utilidade Pública.

Os ajustes médios positivos no Intangível deram-se, principalmente, em virtude do ICPC 01 (Contratos de Concessão) que institui a possibilidade de se contabilizar no Intangível os ativos de direitos da concessionária sobre a infraestrutura. O ajuste na conta participação dos minoritários ocorreu devido ao CPC 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis), que determina a apresentação das participações de minoritários, dentro do patrimônio líquido e não mais fora em conta específica.

O aumento médio na conta de ativo financeiro da concessão foi causado principalmente pelo ICPC 01 (Contratos de Concessão) que institui a possibilidade de se contabilizar, nesta conta, os ativos de direitos da concessionária sobre a infraestrutura e não mais no Imobilizado. O aumento médio em ajustes de avaliação patrimonial ocorreu devido ao fato desta conta ser a contrapartida dos ajustes ocasionados pela adoção do custo atribuído (CPC 27 – Ativo Imobilizado) e seus efeitos, bem como de combinações de negócios (CPC 15) e seus efeitos.

Os ajustes nas métricas de impostos diferidos nos ativos e passivos ocorreram, principalmente, pelo fato do CPC 32 (Tributos sobre o Lucro) instituir regras em relação às consequências fiscais de novas práticas, classificação de ativos e passivos fiscais diferidos no balanço patrimonial como Não Circulantes, em contraposição do padrão contábil anterior que os classificava como Circulantes ou Não Circulantes e também por consequência dos ajustes feitos em outras métricas, que são base para a apuração do Imposto de Renda Diferido.

Os ativos biológicos apresentaram aumento médio de 139.087, devido ao CPC 29 (Ativos Biológicos), o qual institui que estes ativos sejam mensurados pelo valor justo, menos os custos de venda, ao contrário do que era praticado anteriormente, quando as empresas utilizavam o valor de custo.

Na Tabela 5, é possível notar o ranking das contas de resultado que foram mais afetadas na transição. Alguns ajustes de contas contribuíram para o aumento no lucro líquido, como a queda em Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos, o aumento na receita líquida e em outras receitas operacionais, ajustes a valor justo de derivativos e ativos biológicos, além da menor Provisão para IR e Contribuição Social. Porém, a maioria dos ajustes tendem a reduzir em média o Lucro Líquido, como a queda em Receitas Financeiras, o aumento em todas as despesas, as reduções causadas por ajustes acumulados de conversão, reavaliação, provisão de manutenção e equivalência patrimonial.

O ajuste médio negativo em Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos ocorreu principalmente pelo CPC 16 (Combinações de Negócios), que permite a mensuração dos estoques não apenas pelo custo, mas também pelo valor de realizável líquido, caso este seja menor, e assim a tendência é de redução dos valores dos estoques e, conseqüentemente, redução dos custos dos produtos ou das mercadorias vendidas. Ainda, por consequência do CPC 16, os custos fixos relativos à capacidade não utilizada, em função de volume de produção inferior ao normal, devem ser registrados como despesas no período em que são incorridos, o que explica o aumento médio encontrado em despesas gerais e administrativas e em outras despesas operacionais.

Outros ajustes ocorreram na Receita Líquida e em Outras Receitas Operacionais, principalmente, pela adoção do CPC 30 (Receitas), que institui novas regras de mensuração das receitas, além de novos critérios para seu reconhecimento.

Ajustes também ocorreram em Receitas Financeiras e em Despesas Financeiras, principalmente pelos ajustes a valor justo dos ativos financeiros mantidos para negociação, conforme determina o CPC 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). Outro motivo relevante para o aumento em Despesas Financeiras foi a adoção do CPC 20 (Custos de Empréstimos), que determina o reconhecimento das variações cambiais como despesas de juros. O ajuste médio na conta Ajustes Acumulados de conversão, ocorreu pela adoção do CPC 02 (Conversão de Demonstrativos Financeiros), pela obrigatoriedade de as companhias - que utilizam como moeda funcional o dólar - ter de fazer a devida correção para a moeda brasileira.

Assim como no estudo de Soofian (2009), a grande maioria das contas que apresentou os mais elevados ajustes médios, também apresentou as mais altas dispersões, o que, segundo o autor, indica riscos, ao se tirar conclusões de empresas individualmente, usando estes dados. O que afeta muito determinada empresa, pode não afetar outra. Assim, não é possível afirmar que na transição cada companhia reduziu seu Imobilizado em R\$ 1.183.245, pois o desvio padrão desta conta foi de R\$ 4.841.529. Assim, as empresas devem ser analisadas individualmente, sem conclusões generalizadas.

4.3. Efeitos de cada CPC no Patrimônio Líquido e Resultado

Na adoção inicial das IFRS, a entidade deve explicar de que forma a transição dos critérios contábeis anteriores para as IFRS afetou seu Patrimônio Líquido e Resultado Líquido, divulgado pelos critérios contábeis anteriores em relação ao Patrimônio Líquido e Resultado Líquido de acordo com as IFRS na data de transição. Assim, as empresas fazem esta apresentação por meio de quadros de conciliação, demonstrando também os CPC que ocasionaram tais ajustes.

Dentre as normas relatadas que causaram as maiores diferenças no Patrimônio Líquido, destacam-se: o CPC 26 (Participações de Minoritários); o CPC 27 (Ativo Imobilizado); o CPC 15 (Combinação de Negócios) e o CPC 32 (Tributos sobre o Lucro). E no Lucro Líquido destacam-se: o CPC 20 (Custos de Empréstimos); o CPC 27 (Ativo Imobilizado); o CPC 38 (Instrumentos Financeiros) e o CPC 32 (Tributos sobre o Lucro). Entretanto, o alto desvio padrão, encontrado na aplicação das normas, sugere que cada empresa seja analisada individualmente.

Estas normas não corroboram totalmente com a literatura a qual sugere que outras normas não elencadas teriam mais impacto; e que algumas normas elencadas, nestes resultados, teriam menos impacto, possivelmente pela literatura basear-se, principalmente, em estudos realizados em outros países, como Lantto e Sahlström (2009) na Finlândia e Soofian (2009) na Suécia, nos quais não houve a convergência parcial antes da completa, como no Brasil, e pelo padrão contábil anteriormente adotado no país apresentar diferenças em relação ao padrão contábil adotado em outros países antes da convergência.

4.4. Análise dos impactos da IFRS em cada um dos setores econômicos

Na análise setorial, constatou-se que as novas normas atingiram cada setor de forma distinta, sendo isto comprovado pelas diferenças não só nas médias e desvios padrão relatados, mas também nas diferenças nas contas mais impactadas e nas principais normas causadoras das diferenças, confirmando, assim, a literatura utilizada, a qual afirma que isto ocorreria devido às diferenças dos negócios e práticas entre os setores (Barcellos; Silva; Costa Junior, 2011). Isto pode ser exemplificado pelo fato de empresas que fizeram financiamentos para compra de Imobilizado foram bastante afetadas pelo CPC 20, destacando-se as empresas de Petróleo, Gás e Combustíveis em que esta prática é comum. Outro exemplo seria o de empresas que trabalham com agronegócios - setores de Materiais Básicos e Consumo não Cíclico - as quais relataram ajustes em seus ativos biológicos, ocasionados pela adoção do CPC 29, o que não ocorreu com setores que não praticam este tipo de negócio.

Na Tabela 6 e no Quadro 2 a seguir, estão expostos os resultados da análise de *clusters* que, conforme definido nos aspectos metodológicos, teve como variáveis os ICI da transição. A partir da análise do dendograma, definiu-se que os dados seriam melhor representados em 20 *clusters*. A Tabela 6 mostra a distribuição das empresas de cada setor econômico nos respectivos *clusters*. A partir da análise do dendograma, definiu-se que os dados seriam mais bem representados em 20 *clusters*.

Tabela 6: Distribuição de empresas por clusters e por setor econômico

Empresas	Clusters																				TOTAL	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20		
Petróleo, Gás e Biocombustíveis		3					1															4
Materiais Básicos		5			1			1	3	1												11
Bens Industriais		2		1							1	1										5
Construção e Engenharia		8			1	1																10
Transporte	1	3	1	1																		6
Consumo Não Cíclico		11									1		1									13
Consumo Cíclico		7																				7
Tecnologia da Informação		1			1																	2
Telecomunicações		1			1									1	1							4
Utilidade Pública		3			4									2			1	1	1	1	1	14
TOTAL	1	44	1	2	8	1	1	1	3	1	2	1	3	1	1	1	1	1	1	1	1	76

No Quadro 2 apresenta-se as empresas que foram alocadas em cada *cluster*, de acordo com a magnitude dos impactos.

Quadro 2 - Empresas alocadas em cada cluster

# Cluster	Empresas
Cluster 1	Tam S.A.
Cluster 2	Gol S.A.; ALL América Latina Logística S.A.; Ecorodovias S.A.; Brookfield S.A.; Cyrela S.A.; Even S.A.; Eztec S.A.; Gafisa S.A.; Pdg Realty S.A.; Rossi Residencial S.A.; Tecnisa S.A.; HRT Petróleo S.A.; Petrobrás S.A.; Vanguarda Agro S.A.; MMX Mineradora S.A.; Vale S.A.; Gerdau S.A.; Usiminas S.A.; Braskem S.A.; Marfrig S.A.; Randon Participações S.A.; Cosan S.A.; JBS-Friboi S.A.; Ambev S.A.; Souza Bruz S.A.; Natura S.A.; Amil S.A.; Dasa S.A.; Odontoprev S.A.; Hypermarchas S.A.; Pão de Açúcar S.A.; Drogasil S.A.; Companhia Hering S.A.; Anhanguera S.A.; Localiza S.A.; Multiplus S.A.; Lojas Renner S.A.; B2W Varejo S.A.; Lojas Americanas S.A.; Positivo Informática S.A.; Tim Participações S.A.; Tractebel S.A.; Copel S.A.; Sabesp S.A.;
Cluster 3	CCR S.A.
Cluster 4	LLX Logística S.A.; Embraer S.A.
Cluster 5	MRV Engenharia S.A.; Siderúrgica Nacional S.A.; TOTVS S.A.; Telefônica S.A.; CPFL Energia S.A.; Eletropaulo S.A.; Energias BR S.A.; Light S.A.
Cluster 6	BR Brokers S.A.
Cluster 7	OGX Petróleo S.A.
Cluster 8	Metalúrgica Gerdau S.A.
Cluster 9	Duratex S.A.; Klabin S.A.; Suzano S.A.
Cluster 10	Fibra S.A.
Cluster 11	Iochpe-Maxion S.A.; Marcopolo S.A.
Cluster 12	Weg S.A.
Cluster 13	BRF Foods S.A.; Copasa S.A.; MPX Energia S.A.
Cluster 14	Brasil Telecom S.A.
Cluster 15	Telemar S.A.
Cluster 16	AES Tietê S.A.
Cluster 17	Cemig S.A.
Cluster 18	Cesp S.A.
Cluster 19	Eletrobrás S.A.
Cluster 20	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A.

A partir da observação da Tabela 6, é possível notar a divergência dos impactos da transição entre empresas de um mesmo setor econômico, principalmente nos setores de Materiais Básicos (divididas em 5 *clusters*) e Utilidade Pública (divididas em 8 *clusters*). Outro fato que chama a atenção, é que em apenas um dos setores - o de Consumo Cíclico - houve o agrupamento de todas as empresas em um *cluster*. Isto sugere que este é o único setor em que os impactos da transição para as IFRS foram semelhantes entre as empresas.

Além disso, pode-se notar que no *Cluster 2* foram agrupadas empresas de todos os setores econômicos, e o que estas empresas possuem em comum é o fato de todas elas apresentarem ICI muito próximos de 1, sendo portanto as empresas menos afetadas na transição e as mais comparáveis sobre os dois conjuntos de normas, o que totalizou 44 empresas. Outro *cluster* que apresentou um número elevado de empresas é o *Cluster 5*, no qual foram agrupadas oito empresas, de cinco setores, metade delas de Utilidade Pública. O *Cluster 9* agrupa três empresas do setor de Matérias Básicas - Duratex S.A., Klabin S.A. e Suzano S.A. - as quais foram muito afetadas pelo CPC 29 (Ativos Biológicos), o que sugere que a transição de normas para estas empresas teve magnitudes semelhantes.

No *Cluster 13*, no qual estão as empresas BRF Foods S.A, Copasa S.A., MPX Energia S.A., sendo que a primeira pertence ao setor de Consumo não Cíclico e as outras pertencem ao setor de Utilidade Pública, pode-se notar que, em alguns casos, os impactos da transição de normas em algumas empresas podem ser bastante divergentes de outras do mesmo setor. Neste caso, os impactos da transição da BRF Foods S.A, que atua no ramo de alimentos, foram mais parecidos com empresas do setor de Utilidade Pública do que os ocorridos em outras empresas do mesmo setor ou ramo.

Os *Clusters* de número 1, 3, 6, 7, 8, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 agruparam apenas uma empresa em cada, e neles estão as empresas em que a transição teve impactos que não foram comparáveis a nenhuma outra empresa da amostra e, por isso, merecem atenção especial. Nestes *clusters* foram agrupadas respectivamente as empresas Tam S.A.; CCR S.A.; BR Brokers S.A.; OGX Petróleo S.A.; Metalúrgica Gerdau S.A.; Fibria S.A.; Weg S.A.; Brasil Telecom S.A.; Telemar S.A.; AES Tietê S.A.; Cemig S.A.; Cesp S.A.; Eletrobrás S.A. e Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A.

Assim, pode-se inferir que, além dos impactos da transição das IFRS serem divergentes entre os setores, há em todos os setores, com exceção ao de Consumo Cíclico, impactos de magnitudes diferentes em empresas de um mesmo setor, o que é evidenciado pela distribuição em *clusters*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi identificar os impactos da mudança de práticas contábeis, decorrente da adoção das IFRS, sobre as rubricas patrimoniais e de resultado presentes nas Demonstrações Contábeis das companhias brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. Para cumprir os objetivos estabelecidos, foram elaboradas hipóteses, de acordo com a literatura pesquisada.

Foram arroladas 76 empresas, abrangendo todos os setores econômicos, exceto o setor “Financeiro e Outros” conforme a classificação da BM&FBOVESPA, para a composição da amostra de pesquisa. Foram coletados, das demonstrações contábeis destas empresas, os valores das rubricas do ano da transição (2009) nos dois padrões contábeis, bem como os valores dos ajustes causados por cada norma específica. A Metodologia utilizada neste trabalho baseou-se nos estudos de Costa e Lopes (2008); Soofian (2009); Haller, Ernstberger e Froschhammer (2009), Santos e Calixto (2010) e Lueg, Punda e Burkert (2014).

Desta forma, a hipótese preestabelecida foi testada, sendo que a hipótese H_0 deve ser rejeitada, pois foram encontradas diferenças significativas em rubricas e em um dos índices econômico-financeiros. Os resultados deste trabalho indicam que apesar do Brasil ter realizado uma convergência parcial antes da completa, a adoção completa das IFRS provocou, nas empresas brasileiras, diferenças significativas na maioria dos grupos patrimoniais e no resultado, assim como ocorrido na União Europeia, conforme os já citados e realizados com empresas de Portugal, Suécia, Alemanha, Bélgica, França e Reino Unido. Isto também já era esperado pelas evidências do estudo de Santos e Calixto (2010).

Alguns resultados devem ser ressaltados, como as evidências de menor Lucro Líquido do padrão contábil local anterior comparativamente ao padrão IFRS, o que também foi encontrado no estudo de Istrate (2013) e sugere menor conservadorismo do padrão IFRS; e algumas contas e normas que apresentaram os maiores impactos na transição em outros países, não apresentaram o mesmo comportamento em empresas brasileiras e vice e versa.

Assim, este estudo pode servir de alerta aos usuários das informações contábeis para, preferencialmente nas análises das demonstrações contábeis das empresas, não comparar dados das Demonstrações Contábeis anteriores a 2010, com dados posteriores, pois fora constatado, neste trabalho a não comparabilidade das informações contábeis. Usuários podem assim tomar decisões equivocadas com base nestas informações.

O alerta também se estende a pesquisadores, pois estes não podem utilizar de maneira conjunta, em seus trabalhos, números das Demonstrações Contábeis anteriores e posteriores ao período da adoção das IFRS, em trabalhos de análise de dados em painel, por exemplo.

Caso realmente seja necessária a comparação, utilizadores da informação devem ter atenção especial às contas patrimoniais de Imobilizado, Intangível, Participações dos minoritários, Ativo Financeiro da Concessão, Ajustes de Avaliação Patrimonial, IR/CS Diferidos e Ativos Biológicos, uma vez que estas contas foram muito impactadas na transição, principalmente pela adoção do ICPC 01 e dos CPC 15, CPC 26, CPC 27, CPC 32 e CPC 29.

Em relação à análise das contas de resultado, estes devem analisar com cuidado principalmente as contas Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos, Receita Líquida, Outras Receitas Operacionais, Receitas Financeiras e em Despesas Financeiras, pois estas também foram muito impactadas na transição, principalmente pelos pronunciamentos CPC 16, CPC 30, CPC 38, CPC 20, CPC 18 e CPC 15, o que resultou em diferenças significativas reportadas no Lucro Líquido.

Ademais, o alto desvio padrão, encontrado na aplicação das normas e nas diferenças nas contas, antes e após a transição para as IFRS, sugere que cada empresa seja analisada individualmente, pois determinada norma pode ter efeito distinto em cada empresa, em função de os negócios, práticas e escolhas contábeis diferirem-se. Por fim, na análise setorial, constatou-se que as novas normas atingiram cada setor de forma distinta, e que, os impactos foram divergentes até mesmo em empresas de um mesmo setor.

Este estudo pode contribuir também com empresas e reguladores de países que podem migrar para as IFRS, como Estados Unidos. Apesar das IFRS favorecerem à elaboração de Demonstrações Contábeis com maior qualidade e comparabilidade entre diferentes países, reduzirem comportamentos oportunistas de gestores em relação a práticas contábeis e retratarem melhor a realidade econômica (Barth et al., 2012), isto vem a custo da perda da comparabilidade da empresa e seus dados históricos, quando utilizava o padrão local.

Um importante limite do trabalho é que se avaliou o impacto da adoção das IFRS exclusivamente do ponto de vista externo e com base nas informações publicadas pelas empresas. Assim não foi possível avaliar se as interpretações, análises e estimativas realizadas pelas empresas foram condizentes com o desejável e exigido pelo IASB. A interpretação de alguns itens pode não ter sido consenso entre as empresas e a mudança para uma norma baseada em princípios pode ter resultado em análises e estimativas pouco ousadas pelas empresas. O impacto efetivo destes dois aspectos não foi foco do presente estudo, mas se constitui em sugestão relevante para avanços do tema. Adicionalmente, como limitações, destaca-se a falta de clareza de algumas empresas em evidenciar, nas notas explicativas e nos quadros de reconciliação, os CPC que ocasionaram as diferenças, bem como a falta de informações detalhadas sobre os ajustes ocorridos na transição.

Não obstante, este estudo apresenta diversas potencialidades que merecem ser ressaltadas: a) preencher uma lacuna de estudos sobre os impactos da adoção completa das normas IFRS, elencando os principais ajustes em contas e normas que foram relatados pelas empresas e setores, sendo possível comparar a realidade brasileira com a de outros países que se anteciparam na adoção do padrão IFRS; b) ter como amostra 76 empresas, de todos os setores econômicos, exceto o Setor Financeiro, um número relevante se comparado a estudos em outros países, como os estudos de Callao, Jarne e Laínez (2007) que pesquisaram 26 empresas e Costa e Lopes (2008) que pesquisaram 37 empresas.

Não tendo a ambição de esgotar o assunto, para futuras pesquisas, sugere-se a realização de estudos em companhias abertas do Setor Financeiro, companhias fechadas e pequenas e médias empresas, para que se possa identificar e comparar os resultados destes com os resultados encontrados neste trabalho, verificando se eles se estendem a estas outras empresas.

E, por fim, acredita-se que este trabalho possa contribuir com pesquisadores e diversos usuários da informação contábil, no sentido de esclarecer os impactos da adoção inicial das IFRS em empresas

brasileiras, bem como fundamentar discussões sobre a relevância deste tema frente ao contexto brasileiro.

6. REFERÊNCIAS

- BARCELLOS, L.P.; SILVA, A.H.C.; COSTA JUNIOR, J.V. (2011): *Impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil: Uma investigação no setor de siderurgia e metalurgia*. In: PRÊMIO CONTADOR GERALDO DE LA ROCQUE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (CRC-RJ), Rio de Janeiro.
- BARTH, M.E. et al. (2012): Are IFRS-based and US GAAP-based accounting amounts comparable?. *Journal of Accounting and Economics*, V. 54, nº 1, p. 68-93.
- BIANCONI, C. (2009): Empresas “perdem” R\$ 10 bi com novas regras contábeis. *Jornal O Estado de S. Paulo*, São Paulo.
- BRASIL. *Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre a sociedade por ações. _____ . *Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007*.
- CALLAO, S.; JARNE, J.; LAÍNEZ, J.A. (2007): Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting. *Journal of Accounting, Auditing and Taxation*, V. 16, nº 2, p. 148-178.
- CAMBRIA, M. (2008): *O impacto da primeira adoção das normas IFRS nas empresas europeias químicas e de mineração: Pesquisa descritiva*. 118f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CARVALHO, L.N.; LEMES, S.; COSTA, F.M. (2005): *Contabilidade Internacional: Aplicação das IFRS 2005*. São Paulo: Atlas.
- CASCINO, S.; GASSEN, J. (2015): What drives the comparability effect of mandatory IFRS adoption?. *Review of Accounting Studies*, V. 20, nº 1, p. 242-282.
- COSTA, J.A.; YAMAMOTO, M.M.; THEÓFILO, C.R. (2011): *A aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade*. In: 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo.
- COSTA, J.P.; LOPES, P.T. (2008): *O impacto da adoção das IAS/IFRS nas demonstrações financeiras das empresas cotadas na Euronext Lisboa*. In: XII Congresso de Contabilidade e Auditoria. Portugal.
- CPC (2015): *Pronunciamentos Contábeis*. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>.
- ERNST & YOUNG (2012): *IFRS: 1º ano: Análises sobre a Adoção Inicial do IFRS no Brasil*. Disponível em: <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/FIPECAFI_1_ano_de_IFRS/\\$FILE/Fipecafi_Baixa.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/FIPECAFI_1_ano_de_IFRS/$FILE/Fipecafi_Baixa.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- FÁVERO, L.P.L.; BELFIORE, P.P.; CHAN, B.L.; SILVA, F.L. (2009): *Análise de dados: Modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier 646 p.
- GRAY, S.J. (1988): Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally. *Abacus* (March): 1-15.
- HALLER, A.; ERNSTBERGER, J.; FROSCHAMMER, M. (2009): Implications of the mandatory transition from national GAAP to IFRS - empirical evidence from Germany. *Advances in Accounting, Incorporating Advances in International Accounting*. V. 25, nº 2, p. 226-236.
- IKUNO, L.M.; NIYAMA, J.K.; SANTANA, C.M.; BOTELHO, D.R. (2010): *Contabilidade Internacional: Uma análise da produção científica nos principais periódicos internacionais da área (2000 a 2009)*. In: 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo.
- ISTRATE, C. (2013): Impact of IFRS on accounting data-Gray index of conservatism applied to some European listed companies. *Annals of the Alexandru Ioan Cuza University-Economics*, V. 60, nº 2, p. 33-51.
- IUDÍCIBUS, S.; GELBCKE, E.R.; MARTINS, E.; SANTOS, A. (2010): *Manual de contabilidade societária: Aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC*. São Paulo: Atlas.

- LANTTO, A.; SAHLSTRÖM, P. (2009): Impact of International Financial Reporting Standards adoption on key financial ratios. *Accounting and Finance*, V. 49, p. 341-361.
- LIMA, J.B.N. de (2010): *A Relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil*. 244 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- LUEG, R.; PUNDA, P.; BURKERT, M. (2014): Does transition to IFRS substantially affect key financial ratios in shareholder-oriented common law regimes? Evidence from the UK. *Advances in Accounting*, V. 30, nº 1, p. 241-250.
- MARTINS, O.S.; PAULO, E. (2010): Reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações – RCO*, Vol. 4, nº 9, p. 30-54.
- MATARAZZO, D.C. (2011): *Análise financeira de balanços: Abordagem básica e gerencial*. 8ª ed. São Paulo: Atlas.
- NIERO, N. (2008): Novas regras prometem emoções fortes. *Valor Econômico*, São Paulo, 13 jun. 2008.
- NIERO, N.; VALENTI, G.; D'AMBROSIO, D. (2009): Confusão contábil prejudica análise de balanços de 2008. *Valor Econômico*, São Paulo, 09 mar. 2009.
- NIYAMA, J.K. (2005): *Contabilidade Internacional*. São Paulo: Atlas.
- OLIVEIRA, V.A. de (2010): *Adoção inicial das normas contábeis internacionais por empresas brasileiras*. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração, Departamento de Administração, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- PERRAMON, J.; AMAT, O. (2006): *IFRS introduction and its effects on listed companies in Spain*. Working Paper, jul/2006. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1002516>>. Acesso em: 28/03/2015.
- SANTOS, E.S. (2011): *Full IFRS x Lei 11.638 (1ª fase) x Lei 6.404: Impacto esperado nos resultados de 2010 a partir das empresas que se anteciparam*. In: 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo.
- SANTOS, E.S.; CALIXTO, L. (2010): Impactos do Início da Harmonização Contábil Internacional (Lei 11.638/07) nos Resultados das Empresas Abertas. *RAE eletrônica*, V. 9, nº 1.
- SOOFIAN, A. (2009): *Assessing the effect of transition to IFRS on equity: The case of NASDAQ OMX Stockholm*. 58 f. Dissertação (Mestrado) - University Of Gothenburg, Gothenburg.
- WATANABE, L. (2009): *A Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: Ensaio nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras do setor da construção civil e incorporação imobiliária*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.



Thiago Alberto dos Reis Prado

Professor Assistente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia. Graduado em Ciências Contábeis (2006), Especialista em Auditoria e Perícia (2008) e Mestre em Gestão Financeira e Controladoria (2013) pela Universidade Federal de Uberlândia. Cursando Doutorado em Controladoria e Contabilidade (2016) pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (FEARP/USP).

Sirlei Lemes



Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (2000). Fez especialização (Visiting Scholar) na University of Urbana Champaign (Illinois, USA) no ano de 1999. Professora da Faculdade de Ciências Contábeis Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de consultoria hospitalar e adoção das Normas Contábeis Internacionais (IFRS). Coordena pesquisas de iniciação científica financiadas pelo CNPq, FAPEMIG e UFU nas áreas de adoção das IFRS, escolhas contábeis e desenvolvimento de metodologias de ensino em contabilidade internacional. É bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq, Categoria 2, do triênio 2014-2016.